

PROCESSO - A. I. Nº 087016.0012/05-0
RECORRENTE - GUANABARA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – Acórdão 1ª CJF nº 0504-11/06
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
INTERNET - 27/06/2007

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0205-11/07

EMENTA: ICMS. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. Constitui requisito para a admissibilidade do Pedido de Reconsideração da Decisão da Câmara, que reformou no mérito a da primeira instância, a existência de matéria de fato ou fundamento de direito argüidos pelo sujeito passivo na impugnação e não apreciados nas fases anteriores de julgamento. Tais condições não ocorreram no caso concreto. Pedido NÃO CONHECIDO. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Reconsideração, nos termos do art. 169, I, “d” do RPAF/99, contra a Decisão da 1ª CJF – Acórdão nº 0504-11/06 (fls. 209 a 213), que Proveu Parcialmente o Recurso de Ofício, interposto no Acórdão nº 0225-02/06 (fls. 157 a 160), que julgou parcialmente procedente o Auto de Infração no valor de R\$ 20.022,32, reformando o mérito da Decisão da primeira instância e julgando, por unanimidade, procedente em parte o Auto de Infração, no valor de R\$ 194.698,47, restabelecendo parcialmente a infração 03, decorrente da falta de recolhimento do ICMS nas operações de saída de produto industrializado para a Zona Franca de Manaus, com benefício de isenção do imposto, uma vez que não ficou comprovado o internamento pela SUFRAMA, com exceção das Notas Fiscais de nºs 160 e 412, as quais foram indevidamente consideradas como destinadas à Zona Franca de Manaus.

Em seu Pedido de Reconsideração, o recorrente expõe, como admissibilidade do seu pedido, que a Decisão da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal reformou, no mérito, o julgamento da 2ª Junta de Julgamento Fiscal e deixou de apreciar matéria de fato e argumento de direito, relativo à terceira infração, restaurando o valor do débito inerente às notas fiscais, cujo internamento havia sido provado e acatado na Primeira Instância, por entender que “*o não atendimento ao prefixado nas determinações legais (Convênio 36/97, Capítulo IV, Cláusulas décima e décima primeira abaixo transcritas) deve implicar no impedimento da fruição do benefício, pois, inexistem outras formas de provar o ingresso no estabelecimento do destinatário da mercadoria; os dados e os demais elementos apensados ao PAF os considero insuficientes para comprovar o internamento das aludidas mercadorias*”.

Sustenta que, ignorar a realidade e a verdade dos fatos, para se apegar à literalidade da lei e a uma interpretação distorcida do texto legal, não se afigura a melhor e mais justa solução para a lide. Afirma que é preciso que os conselheiros se debrucem sobre os documentos que foram anexados pelo recorrente, o que não foi feito pela 1ª Câmara de Julgamento Fiscal, e analisem se efetivamente comprovam, ou não, o internamento das mercadorias na Zona Franca de Manaus, razão pela qual o Pedido de Reconsideração deve ser conhecido pelos ilustres Conselheiros.

No mérito, ressalta que está devidamente provado, sem a menor sombra de dúvida, por meio da Vistoria Técnica realizada, pelas declarações expedidas pela SUFRAMA e pela SEFAZ/AM, e pelos extratos de Consultas Fiscais acostados aos autos, o internamento, na Zona Franca de Manaus, das mercadorias remetidas pelo autuado e objeto deste lançamento de ofício.

Destaca que a 2ª Câmara de Julgamento Fiscal já exarou inúmeras decisões acatando outras provas produzidas pelos contribuintes, com o intuito de provar o ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

Requer, caso persistam dúvidas, a realização de diligência, por fiscal estranho ao feito, com o objetivo de verificar o internamento das mercadorias na Zona Franca de Manaus.

Anexa o Pedido de Vistoria Técnica Contábil protocolado junto à SEFAZ/AM referente às notas fiscais em questão.

Pede o conhecimento e o provimento do presente Pedido de Reconsideração, a fim de reformar a Decisão da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal, no que se refere à parcela de débito que foi restaurada pelo provimento parcial do Recurso de Ofício interposto pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal, declarando a procedência parcial da infração 3, no valor de R\$ 783,83, do que anexa, como prova de suas alegações, cópia de documentos às fls. 226 a 276 dos autos, relativos a: Requerimento de Vistoria Técnica; Registro de Entrada da empresa Rubi da Amazônia Indústrias Químicas Ltda; Notas Fiscais e Conhecimento de Transportes das suas operações e Declaração da SEFAZ/AM.

O Parecer da PGE/PROFIS é pelo Não Conhecimento do Pedido de Reconsideração, com fulcro no art. 173, V, do RPAF, em razão de não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 169, I “d”, do RPAF, pois, da leitura da defesa, julgamentos e peça recursal, observa que toda a matéria ora apresentada já foi devidamente enfrentada nas decisões anteriores.

Assim, verifica a ausência do requisito consistente na inovação – fática ou jurídica – restando afastada a possibilidade de uma nova apreciação pelo CONSEF, que já esgotou seu ofício judicante com o devido exame de todas as matérias delimitadas na peça defensiva e no corpo do Auto de Infração.

VOTO

Da análise da peça recursal, concordo com o Parecer da PGE/PROFIS, pelo não conhecimento do Pedido de Reconsideração, em razão de não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 169, I “d”, do RPAF, pois, a matéria de fato ou fundamento de direito argüidos pelo sujeito passivo na impugnação foram apreciados nas fases anteriores de julgamento.

Reza o art. 169, I, “d”, do RPAF/99, que caberá, com efeito suspensivo, para as Câmaras de Julgamento do CONSEF, pedido de reconsideração da Decisão de Câmara que tenha reformado no mérito, a de primeira instância em processo administrativo fiscal, desde que verse sobre matéria de fato ou fundamento de direito argüidos pelo sujeito passivo na impugnação e não apreciados nas fases anteriores de julgamento.

Já, o inciso V, do art. 173, do mesmo RPAF, preconiza que não se conhecerá o Recurso sem a demonstração de existência de matéria de fato ou fundamento de direito argüidos pelo sujeito passivo e não apreciados em decisões anteriores, com referência ao pedido de reconsideração previsto na alínea “d” do inciso I do art. 169.

Da leitura dos citados dispositivos, vê-se que existem dois pressupostos para a admissibilidade do Pedido de Reconsideração:

1. a Decisão de Câmara de Julgamento Fiscal tenha reformado no mérito, a de primeira instância em processo administrativo fiscal;
2. desde que verse sobre matéria de fato ou fundamento de direito argüidos pelo sujeito passivo na impugnação e não apreciados nas fases anteriores de julgamento.

No presente caso, o Acórdão recorrido reformou a Decisão de primeira instância, dando provimento parcial ao Recurso de Ofício, restabelecendo em parte a exigência fiscal para o valor de R\$ 185.943,30. Este provimento se deu porque a 1ª CJF divergiu do entendimento da 2ª JJF, por

entender que a declaração da SUFRAMA é o único documento hábil para comprovar o internamento da mercadoria na Zona Franca de Manaus e demais áreas incentivadas, sendo o benefício da isenção indevido, no caso concreto.

Assim, concluo que o recorrente não demonstrou a existência de matéria de fato ou fundamento de direito argüidos pelo sujeito passivo e não apreciados em Decisões anteriores.

Quanto às provas documentais apresentadas *a posteriori* (fls. 226 a 276), poderá a PGE/PROFIS, no controle da legalidade, analisar a necessidade de ingressar ou não, com representação ao CONSEF, com fundamento no artigo 119, II, c/c com o art. 136, § 2º, todos da Lei nº 3.956/81 (COTEB) e alterações posteriores.

Do exposto, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Pedido de Reconsideração apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Pedido de Reconsideração apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **087016.0012/05-0**, lavrado contra **GUANABARA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$194.698,47**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de junho de 2007.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REPR DA PGE/PROFIS